

COMUNICADO OGB-Luxemburgo

“A COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL A NÍVEL EUROPEU”

3 dias para se informar e melhor informar

Mais de 60 pessoas participaram no seminário de formação sobre os diferentes regimes da segurança social e a sua coordenação ao nível europeu.

O seminário organizado pela OGBL, em colaboração com a CGTP-IN (Portugal) e a INCA/CGIL (Itália), é um resultado concreto da renovada cooperação entre estas organizações e que tem a finalidade de melhorar o conhecimento e a colaboração entre estas.

No quadro destes acordos, a problemática da segurança social e da formação profissional ocupa um lugar essencial, pelo que desenvolvemos o tema durante 3 dias com a presença de especialistas do Luxemburgo, de Portugal e da Itália.

A Europa social é constituída em torno das condições de trabalho e da segurança social de todos os que exercem a liberdade de circulação.

Desde 1971 (Regulamento 1408/71), existe um regime de coordenação de sistemas de segurança social que permite ter em consideração os períodos de descontos realizados em cada país-membro, bem como os da residência, quanto à prestação na doença-maternidade, no desemprego, na dependência e ainda no que diz respeito às pensões.

Contudo, cada país tem o seu próprio sistema de segurança social e as prestações são diferentes.

Algumas prestações são exportáveis (subsídios familiares, subsídios de dependência), outras não (desemprego, Rendimento Social de Inserção).

Não há concordância europeia a nível da invalidez. Alguém pode tornar-se inválido no Luxemburgo e não ser assim considerado em Itália. Acordos bilaterais podem resolver esta questão. Um acordo desta natureza foi assinado entre Portugal e o Luxemburgo, em 1997, o qual deveria ser alargado a outros países, nomeadamente a Itália.

Este seminário teve por objectivo dar maior informação sobre um sistema complexo e que não é acessível a todos os cidadãos e melhorar a formação de todos os que trabalham diariamente com estas questões: os militantes sindicais.

Além disso, o Regulamento 1408/71 será brevemente substituído por um novo regulamento europeu - 883/2004 -, que introduzirá novas regras.

A par destas normas de carácter geral, é necessário dar a informação a todos os que regressem a outro país e que possam ser susceptíveis de beneficiar das prestações do subsídio de dependência.

Existem vários milhares de pensionistas que residem hoje em Portugal e em Itália que ainda não estão familiarizados com esta possibilidade.

Além disso, a nível das eleições sociais, pela primeira vez, os pensionistas terão a oportunidade de votar. Será necessário informá-los com a ajuda das organizações sindicais do seu país de residência.

A prestação fixa para a educação, actualmente, é paga aos que residem no país. Os que partiram não receberam informação. O nosso papel, em conjunto com as organizações sindicais de Portugal e da Itália, é informar os potenciais beneficiários.

Cada país desenvolve a sua formação profissional. Como podemos desenvolver e propor programas de formação em articulação com os organismos dos diversos países, susceptíveis de melhorar a ajuda aos desempregados a fim de que estes encontrem um posto de trabalho num mercado cada vez mais competitivo.

Este seminário contou com a presença de Jean-Claude Reding, Presidente da OGBL, Mars DI BARTOLOMEO, Ministro da Saúde e a Segurança Social, José Luís ALBUQUERQUE, Subdirector, Ministério do Trabalho e a Solidariedade Social de Portugal, Maria do Carmo TAVARES, da CGTP-IN (Portugal), Sergio Sinchetto, da Presidência da INCA/CGIL (Itália), Wanda Guimarães e Lucinda Dâmaso da UGT (Portugal), Claude EWEN, da IGSS, Dr. Georges MAJERUS, Médico-conselheiro da Administração do controlo médico da segurança social do Luxemburgo, Rossela MISCI, departamento jurídico INCA-Itália, Madeleine WEISGERBER, chefe de Serviço dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, Andrée KERGER, serviço de Avaliação e de Orientação do subsídio de dependência, Claude NICOLAS, Director do CNPF - Caixa Nacional de Prestações Familiares, Karin Meyer do ADEM e Chantal FANDEL, destacada no Serviço de Formação Profissional do Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional.

A qualidade das intervenções e os debates com os/as participantes, permitiram evidenciar os desafios e as insuficiências existentes aos níveis nacional e europeu.

Outros seminários e colóquios serão bem-vindos para fomentar a nossa vontade de responder o melhor possível aos ataques de que são alvo os trabalhadores e os pensionistas.

Tradução do original em francês da responsabilidade da UGT